



<https://doi.org/10.51880/ho.v26i1.1371>



Narrativas de prostitutas em movimento: história oral e história pública em espaços culturais

Amanda de Mello Calabria*

ORCID iD 0000-0001-5631-6643

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo contribuir para o debate historiográfico sobre os entrelaçamentos entre história oral e história pública em uma pesquisa com as veteranas do movimento brasileiro de prostitutas. Tendo como partida um projeto de histórias de vida, exponho caminhos e práticas engajados de história pública em espaços culturais com o movimento de prostitutas e aliados a fim de se pensar as potencialidades dos encontros sustentados por “autoridades compartilhadas”, que catalisam a divulgação dos debates públicos do movimento para uma audiência mais ampla, ao tempo que atualizam o trabalho de memória do grupo e mobilizam sentidos de pertencimento.

Palavras-chave: Movimento de prostitutas. Debates públicos. Memória social.

Prostitute narratives and movements: oral history and public history in cultural spaces

Abstract: This paper aims to contribute to the historiographical debate on the intertwining of oral history and public history based on research with founding leaders of the Brazilian prostitute movement. Drawing on an oral history project, I highlight the paths and engaged public history practices of the movement and their allies in cultural spaces. I discuss the potentialities of encounters sustained by “shared authorities,” which catalyze the dissemination of the movement’s public debates to wider audiences, while also mobilizing senses of belonging and maintaining the group’s memory active and updated.

Keywords: Prostitutes movement. Public debates. Social memory.

O que pode a história oral? O que pode a história pública? Para começar a tentar responder as perguntas, convido a leitora/o leitor a um pequeno exercício de

* Amanda de Mello Calabria é mestra e doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Integra o Coletivo Puta Davida. E-mail: acalabria@id.uff.br.

imaginação. O que nos chega quando pensamos no ofício do historiador? A mim me vêm o trabalho solitário e minucioso com as fontes, um sujeito debruçado sobre textos num escritório, numa saleta, numa mesa do arquivo público em incontáveis horas de pesquisa. Prática que se desdobra em intensas iniciativas de publicização em periódicos e revistas científicas, num cerro quase apartado da vida social.

Evidente que a representação evocada é um pouco antiquada e graça de exagero, mas nem tanto quando estamos diante das demandas curriculares intensas e da lógica de pesquisa excruciante neoliberal, cobrando-nos produtividade em curtos prazos e exclusividades, cabendo-nos pouco tempo e disposição para iniciativas outras, mais inventivas e relacionais, para ações fora das universidades. Sou impelida a crer que este imaginário ainda opera como uma regra geral do nosso ofício e, ao dizê-lo, não diminuo a pesquisa em seu sustentáculo mais convencional, nas escrivatinhas e na solidão dos livros, afinal, é ali onde os questionamentos pulsam, hesitam, onde as ideias se tornam, finalmente, texto. Reconheço seu valor diante das demandas intensas e dos desafiadores tempos, principalmente para as ciências humanas, tão desqualificadas e descreditadas no cenário recente de negacionismos e anti-ciência. Quero, contudo, pensar o individualismo que tende a habitar as nossas práticas, dando-nos a sensação de estarmos sempre sós, e o encapsulamento das pesquisas, sua produção e circulação restrita às universidades.

A despeito do avanço e consolidação da história oral em nosso campo, dificilmente imaginamos de pronto o ofício do historiador como uma entrevista, gravador ligado, em interação horas a fio numa comunidade quilombola, numa aldeia indígena ou numa zona de prostituição. Ou mesmo um profissional numa rádio, num museu, num centro cultural, ou gravando um episódio para um novo *podcast*. É surpreendente como ainda imaginamos com dificuldade a circulação e a produção historiográfica em espaços não convencionais na íntima conexão com a vida social e cultural, mesmo quando essas têm sido uma aposta de nossa profissão.

Algumas transformações recentes têm mobilizado bastante a pesquisa histórica sob novos trilhos. O crescente ingresso de discentes e docentes negras/os, indígenas, LGBTQIA+ e oriundos de camadas populares nos espaços universitários tem produzido deslocamentos nas abordagens de pesquisa e nos modos de se fazer história. O desenvolvimento contumaz de uma série de aportes tecnológicos, facilitadores e desafiadores canais de comunicação, tem igualmente nos mobilizado, abrindo outras possibilidades de uso e criação das pesquisas nas esferas digitais. Destaco também o crescimento da história pública como uma plataforma de ação e um campo que se institucionaliza e reposiciona nossos trabalhos, amplia as possibilidades de abordagens narrativas sobre e com grupos dissidentes, impulsiona novos engajamentos, questões e demandas ao pesquisador, desafiando-nos a buscar novos espaços de atuação (Mauad; Almeida; Santhiago, 2016; Mauad; Santhiago; Borges, 2018). A história pública atualizou os sentidos de nosso trabalho, implicando-nos, mais que nunca, nas questões

do nosso tempo, ainda que possamos pensá-la enquanto nomeação de uma velha prática (Santhiago, 2016), o que alude à experiência de historiadores que já a praticavam sem o saber.

Evidente que nem todo trabalho de história pública é também de história oral e vice-versa, mas podemos pensar nos mútuos aprendizados e potencialidades (Almeida, 2018; Shopes, 2016). A história pública tem sido movida pelas questões particulares da história oral, como a preocupação ética com os sujeitos, os métodos, o arquivamento, a devolução e “os processos de construção e circularidade do conhecimento histórico” (Almeida, 2018, p. 101), ao mesmo tempo em que a inspira na dimensão mais pública, fortalecendo as relações dialógicas e participativas com os colaboradores por meio de percursos não acadêmicos e com vistas à divulgação dos saberes. A história pública que queremos tem buscado comprometer-se não somente com os temas de estudo, mas também com os modos do fazer historiográfico, o diálogo, o compromisso com as parcerias e as relações que se desenrolam no processo de pesquisa.

Minha experiência em história pública se iniciou com um projeto de história oral de vida¹ de Lourdes Barreto, uma das fundadoras do movimento de prostitutas no Brasil que coordena o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará – GEMPAC (Calabria, 2020). Ao conhecer e recompor sua trajetória de vida, e a trajetória do movimento que ajudou a fundar, fui sensibilizada com os temas candentes que impactam a categoria. Por meio do trabalho de história de vida, transpareceram não somente o percurso autobiográfico de Lourdes, suas experiências laborais e militantes no norte e nordeste brasileiro, a significação de suas memórias, as questões sensíveis particulares ao contexto local e de vida, mas também os percursos do movimento social. Como uma pesquisa em interface, os debates públicos do movimento tornaram-se centrais e imperativos nos sentidos da história de Lourdes. Fui aprendendo a fazer história pública por meio da história oral, entendendo as familiaridades que as contornam e as potencialidades desse entrelaçamento, iluminando os debates públicos da categoria e fortalecendo as conexões e pontos de contato entre a trajetória individual e o trabalho de memória do movimento.

O movimento de prostitutas foi fundado no Brasil em 1987, no Rio de Janeiro, no primeiro encontro nacional “Mulher da vida, é preciso falar”, um evento sonhado e planejado por duas lideranças: Gabriela Leite, que trabalhava no Rio de Janeiro (RJ), e Lourdes Barreto, em Belém (PA). O encontro definiu como agenda política a organização da categoria para a defesa dos direitos das prostitutas, o enfrentamento

¹ O projeto de história oral de vida utiliza as contribuições de José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda (2020) acerca dos caminhos de abordagem de uma pesquisa, de valorização das experiências individuais por meio de um relato integral e singular e da valorização da historicidade de uma vida. De forma mais ampla, utilizo a história oral como método, enquanto um conjunto de procedimentos desde a condução e gravação de entrevistas, transcrição e arquivamento à devolução, abarcando uma série de questionamentos éticos na relação de comprometimento com os entrevistados. Como principais referenciais, destaco: Verena Alberti (2013), José Carlos Sebe B. Meihy (2005) e Alessandro Portelli (2016).

da violência policial que assolava diferentes espaços de prostituição no país, e a discriminação social, o “estigma de puta” (Pheterson, 1986). Numa resposta rápida ao primeiro encontro, os anos seguintes foram disparadores da criação de uma série de associações em diferentes estados brasileiros, deflagrando uma consistente rede nacional organizativa. O movimento passou a atuar de forma sistemática junto ao governo federal. Destaco a elaboração e execução dos primeiros projetos de prevenção de HIV/Aids, entronizando nas políticas de prevenção sexual uma abordagem de direitos humanos. Num movimento disruptivo da taxativa abordagem de “grupo de risco”, no qual as prostitutas eram enquadradas, tornaram-se logo agentes multiplicadoras de prevenção (Leite; Murray; Lenz, 2015). É nesse contexto que foi fundado, em 1992, por Gabriela Leite, a Organização Não Governamental (ONG) Davida – Prostituição, Direitos Civis e Saúde, no Rio de Janeiro, atualmente chamado Coletivo Puta Davida, organização com a qual venho colaborando.

Há mais de três décadas o movimento vem percorrendo uma trajetória política de fôlego que conta com fortalecimentos e alianças com outros movimentos sociais e em diálogos, benéficos e conflituosos, com instâncias públicas federais, estaduais, municipais e organizações internacionais. Como um debate público central, tece uma profunda crítica à ausência de políticas de proteção à categoria, o que se torna mais problemático diante da postura governamental de desregulação do trabalho sexual, a despeito das investidas por sua regulamentação, como por meio do Projeto de Lei (PL) 98/2003, construído no diálogo entre Fernando Gabeira e o movimento de prostitutas, e do PL Gabriela Leite (4.211/2012), de autoria de Jean Wyllys. Ao longo da trajetória, o movimento também tem questionado as abordagens em saúde pública, que são discriminantes para prostitutas, sendo encaradas pelos governos como um problema social e pouco consideradas como partícipes efetivos nos processos de decisão sobre seus corpos, o que retoma o histórico discursivo de atuação e regulação estatal de seus corpos.

Dentre as práticas do movimento de prostitutas, as expressões culturais sempre foram uma abordagem afirmativa de luta, uma investida em desenvolver ações que não se conformam aos repertórios tradicionais dos movimentos sociais. O desafio, tomado por Gabriela, era de não deixar “a racionalidade vencer”, no que as ações culturais possibilitavam expressar “a sedução e o clima de mistério das luzes vermelhas” (Leite, 1994, p. 2). O bate papo nas zonas e os encontros nas ruas, onde contam com uma audiência mais ampla e expressam em visibilidades suas experiências, sempre foi uma aposta. Nesse princípio Gabriela Leite fundou a Daspu, em 2005, que pode ser definida como uma grife, uma passarela, um dispositivo afirmativo de luta e autoestima para prostitutas. Os desfiles Daspu têm sido ainda hoje, mesmo com o falecimento de Gabriela, uma ação de grande expressividade para o movimento. Outras ações ocuparam a agenda cultural das prostitutas organizadas, como a peça teatral *Cabaré da vida*, a Corrida da Calcinha e os anuais e celebrativos Puta Dei, que marcam o 2

de julho, Dia Internacional da Prostituta, com diferentes atividades em todo o país. Os eventos celebram a trajetória de luta, mobilizam a autoestima e visibilizam suas pautas, abordando, além do trabalho sexual, dimensões do cotidiano, do lazer e da vida pessoal, a fim de combater o estigma que as conformam numa visão depreciativa, sofredora e vitimizante. Outra aposta do movimento foi a tessitura de alianças, às vezes conflituosas e paradoxais, como com as Pastorais da Igreja Católica, o Ministério da Saúde, mas também as ONGs, movimentos sociais, universidades, secretarias públicas etc. Por meio de práticas rizomáticas e com uma capilaridade intensa em territórios do norte ao sul do país, das capitais aos interiores, buscaram espalhar seus debates públicos, tensionando a todo tempo a zona de invisibilidade e esquecimento que, por vezes, reações conservadoras tentam insuflar.

A busca pelo respeito e descriminalização do trabalho são pautas de um contínuo que se atualizam no tempo. Na sua coluna do jornal *Beijo da rua*, Gabriela relata sua participação no desfile da Beija Flor, na Marquês de Sapucaí, deixando aos leitores os seguintes dizeres: “NÃO AO GUETO, E, SIM, SOMOS GENTE DIFERENTE com a nossa linguagem, as nossas roupas, os nossos códigos, enfim, com toda a nossa cultura se impondo em todos os meandros sociais” (Leite, 1989, p. 2). A proposição de desguetificar a prostituta, cara ao movimento nacional, tem implicado uma atuação constante na cena pública, em uma forma de se fazer política a partir do protagonismo delas próprias, num ímpeto de ampliarem suas vozes e ocuparem os espaços com seus corpos sinuosos, adereços e indumentárias espalhafatosos e brilhantes.

Ampliando debates, encontrando audiências

Considerando esse modo, sobretudo, corporal de se fazer política e de mobilizar os debates públicos do movimento, fui encontrando um lugar de atuação para mim, uma vez que já me envolvia em eventos culturais, ações musicais e teatrais. Logo ocupei-me da colaboração nos eventos articulados pelo próprio movimento, como o Puta Dei de 2018, em Belém; a oficina e o desfile Daspu da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) do Festival WOW Mulheres do Mundo; do III Seminário Nacional 2019: avanços e desafios das profissionais do sexo, em São Luís (MA), e do I Congresso Brasileiro de Prostitutas – 7º Encontro Nacional – Protagonismo, desafios, resistências e diálogos possíveis, em Belo Horizonte (MG).

Atualmente, desenvolvo um projeto de histórias de vida com seis veteranas do norte e nordeste brasileiro² na busca por uma multivocalidade das memórias de trabalho e militância. Nesse projeto, as histórias de vida visibilizam experiências particulares na

² São elas: Lourdes Barreto, Belém (PA); Vânia Rezende, Olinda (PE); Fátima Medeiros, Salvador (BA); Diana Soares, Natal (RN); Luza Maria, João Pessoa (PB); e Célia Gomes, Teresina (PI).

prostituição e conjunturas locais do norte e nordeste, além de corroborarem também para uma história do movimento de prostitutas.

No desafio de preservação de sua história, as prostitutas organizadas construíram um trabalho de enquadramento da memória (Pollak, 1992) que posiciona e prioriza certas trajetórias, eventos, marcos e personagens. Não tenho como objetivo confrontar essa “memória oficial”, mas analisar e ampliar as narrativas e experiências particulares que confluem para uma agenda política comum e mapear os contornos e sentidos de pertencimentos entre as lideranças. Assim, a aposta nas histórias de vida tem sido um caminho para transparecer os percursos autobiográficos, em suas experiências laborais e militantes, analisar a significação das memórias e as questões sensíveis em seus contextos locais, considerando as diferentes posições e narrativas que compõe a trajetória coletiva de luta.

Na dimensão pública da pesquisa com as veteranas, o que se torna aparente são os desejos delas próprias em narrarem suas trajetórias, pouco visibilizadas no que estamos chamando de “memória oficial”, e abordar os debates públicos do movimento em busca de uma audiência mais ampla. Considerando a história pública como uma plataforma de ação, de engajamento desde uma perspectiva participativa, atenta às demandas sensíveis da comunidade, impulsionadora de canais de diálogo e de valorização das diferentes “autoridades compartilhadas” (Frisch, 2016), tenho apostado nas iniciativas para além dos cerros da universidade e que mobilizam as memórias corporais, a ludicidade, o protagonismo da fala e as experiências plurais. No princípio participativo da história pública que queremos, ênfase que nesse caminhar não estou sozinha.

Compartilho duas iniciativas que entendo por engajamentos em história pública idealizadas e realizadas através das relações de parcerias entre o movimento de prostitutas, pesquisadores e aliados diversos. Destaco estes dois eventos em virtude do alcance da audiência, da qualidade da interlocução entre os diferentes conhecimentos envolvidos e da possibilidade inventiva que se abriu no processo de construção coletiva.

Em setembro de 2021, aconteceu a abertura da exposição “Crônicas Cariocas” no Museu de Arte do Rio (MAR), no Rio de Janeiro. Dentre as diversas obras com temáticas populares expostas, havia algumas que retratavam prostitutas. Meses antes, recebi um convite para, junto a uma trabalhadora sexual, fazer uma fala no evento de abertura e acionei o Coletivo Puta Davida, organização com a qual colaboro. Movida pela história pública que queremos e atenta às discussões do movimento sobre protagonismo, acreditava que o evento poderia ser mais interessante, mais dialógico e inclusivo, se fosse pensado e atuado pelas/com prostitutas. No diálogo entre Museu e Davida costumamos uma contraproposta, o “Sarau Daspuvivência”, assim denominado sob inspiração da noção de “escrevivência”, pensada por Conceição Evaristo,³ com o intuito de valorizar

³ O termo “escrevivência”, cunhado a partir da junção das palavras “viver” e “escrever”, remete à noção de que pode se aprender sobre a vida de uma mulher negra a partir de suas experiências de vida contadas em primeira pessoa na forma escrita poética e/ou informal. A “escrevivência” de Conceição Evaristo tem sido mobilizada como uma metodologia para encampar a produção de conhecimento de mulheres negras em múltiplas linguagens frente à concepção hegemônica do conhecimento, que historicamente exclui e silencia suas produções e visões de mundo.

as performances corporais em um espaço de vivência e coletivização do diálogo. Se a proposta inicial era algo próximo a uma mesa de debate, conjuramos uma oficina de narrativas autobiográficas com oito trabalhadoras sexuais de diferentes gerações, raças e classes sociais. A oficina se alongou por três emocionantes horas, preenchidas por relatos íntimos, divertidos e informativos sobre as experiências plurais na prostituição. As narrativas se cruzaram e se interpelaram, revelando a persistência e atualização de temas e questões sensíveis. Para melhor caracterização do Sarau, expusemos o acervo de roupas Daspu, os livros referenciais do movimento (alguns escritos por prostitutas), disponibilizamos materiais de prevenção de Aids e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), e as prostitutas estiveram, em todo seu protagonismo, no centro da cena, corpos vibrantes, atuantes e falando por si.

O público se manteve atento, curioso e emocionado num letramento inicial sobre o estigma e os desafios do mundo da prostituição. O comentário geral, em tom de espanto, era de que se ouvia pela primeira vez “prostitutas empoderadas”. Havia uma incredulidade pelo fato das prostitutas, elas próprias, estarem falando sobre luta, prazer, maternidade... Os debates públicos do movimento adentravam no museu com dialogicidade, ampliando os sentidos e os desígnios das obras expostas na galeria, alguns andares acima. O pilotis do Museu era também rua, palco de encontros e do fazer política.



Figura 1 – Sarau Daspuvivência no pilotis do Museu de Arte do Rio (MAR).
Fotografia: Victor Coutinho.

Em julho de 2022, outro evento mobilizou a mim, o Coletivo Puta Davida, as prostitutas de diferentes estados brasileiros e outras organizações, como a Casa Nem,⁴ o Núcleo de Políticas Públicas e Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP-DH/UFRJ) e a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP). O Festival “Be Yourself”, construído com a parceria entre a Casa Nem e o Coletivo Puta Davida, ocorreu no Circo Voador, como celebração de três datas marcantes: os 35 anos do Movimento Brasileiro de Prostitutas, os 30 anos do Davida e os 30 anos do Movimento Trans no Brasil. A comemoração dos 35 anos movimento contava com uma forte conotação simbólica por ter sido o Circo Voador o local que sediou o I Encontro Nacional, em 1987, num reforço do lugar de memória.

O Festival englobou uma série de atividades, *shows* e falas políticas. Destaco duas atividades costuradas entre prostitutas e pesquisadores ativistas: a Transa de Saberes e a exposição *Toda Memória é da vida*. A Transa de Saberes foi uma oficina de narrativas de trajetórias que contou com a participação de 25 lideranças do movimento de prostitutas de diferentes estados brasileiros. Antes do evento, explicamos cuidadosamente a proposta, enfatizando a evocação de duas memórias significativas no trabalho sexual e na militância, e pedimos que cada uma levasse consigo objetos biográficos que ajudassem a contar suas histórias. O desejo de participação mobilizou o envio das imagens por meio do WhatsApp antes mesmo do evento. Algumas compartilharam vídeos, outras trouxeram cartazes e até um lenço, presente da liderança, sempre lembrada, Gabriela Leite. A escolha pelos objetos biográficos enquanto catalisadores do trabalho de memória (Almeida, 2007) foi uma aposta no impulsionamento narrativo por outros caminhos mnemônicos, evitando que as militantes se encerrassem na costumeira narrativa pública dos grandes feitos, que mimetiza e congela suas ações numa disputa por protagonismo e pouco expressam seus percursos particulares.

É importante dizer que o movimento brasileiro de prostitutas atualmente é composto por três grandes redes nacionais: Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS) e Articulação Nacional das Profissionais do Sexo (ANPROSEX). Mais do que uma disputa discursiva sobre a denominação pública adequada, as redes trazem em suas trajetórias divergências internas que refletem dissensos que não cabem nos contornos desse texto, todavia se constituem sob o arco de uma só luta diante dos mesmos desafios que as mantêm unidas sob uma agenda política comum. Sendo assim, a proposta de catalisar as narrativas sob outros caminhos de memória no evento de celebração do movimento nacional buscava encontrar novos percursos de fala, de interrelação entre elas, de atravessamentos de lutas, evitando as familiares batalhas narrativas.

Enquanto lideranças recorrentemente solicitadas para falas públicas, é muito

⁴ A Casa Nem é um espaço de acolhimento para pessoas trans e LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade no Rio de Janeiro, mas é também matriz de uma série de projetos que visam ao trabalho produtivo e a promoção de direitos da comunidade, como o curso preparatório Prepara Nem, o Coletivo TransRevolução e a CozinhaNem.

comum que acabem caindo em um enquadramento narrativo. Num escape desse contorno, a oficina se propunha a alcançar as particularidades das trajetórias e suas significações, ao tempo que reforçava o trabalho de memória do próprio movimento. Como um resultado interessante, as narrativas perfizeram novos desenhos de memória que evocaram a “memória oficial”, mas lembraram outros personagens, marcos e eventos e outras interações entre elas, numa atualização do trabalho de memória coletiva e, ao mesmo tempo, num reforço aos sentidos de pertencimento do grupo.



Figura 2 – Vânia Rezende, coordenadora da Associação Pernambucana de Prostitutas (APPS) e integrante de Rede Brasileira de Prostitutas, lembrando a campanha “Sem Vergonha, garota” (2013), que tinha como destaque a frase mobilizadora “Sou feliz sendo prostituta!”. Fotografia: Luiza Nasciutti.



Figura 3 – Fátima Medeiros, coordenadora da Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA) e integrante de Articulação Nacional das Profissionais de Sexo narrando suas memórias na prostituição e no ativismo. Fotografia: Luiza Nasciutti.

Além da oficina, realizamos também a exposição *Toda Memória é da vida*⁵ com materiais do acervo Davida. O acervo merece um aparte, porque tem sido foco de uma série de iniciativas de preservação e divulgação da memória do movimento de prostitutas, num compromisso e atitude coletivas de história pública. Reúne uma documentação vasta sobre o movimento e está sob guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). A sistematização dos documentos foi iniciada por Gabriela Leite, consciente da historicidade dos materiais e do seu “dever de memória”. Logo passou aos cuidados do Observatório da Prostituição,⁶ que doou o material ao APERJ para melhor preservação. Atualmente, o acervo tem sido intensamente trabalhado por meio do projeto de extensão Memória da Vida: organização e disseminação do acervo do movimento brasileiro de prostitutas, sob coordenação de Laura Murray no Núcleo de Políticas Públicas de Direitos Humanos na Universidade Federal do Rio de Janeiro

⁵ A curadoria da exposição foi realizada por mim, Angela Donini, professora no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Laura Murray, professora no Núcleo de Políticas Públicas e Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP-DH/UFRJ).

⁶ O Observatório da Prostituição é um projeto de extensão do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ) que tem atuado na circulação dos diferentes sentidos e debates que envolvem a prostituição no Brasil, no acompanhamento das manifestações laborais da categoria e das políticas públicas e legislativas, contribuindo para a garantia de direitos das prostitutas.

(NEPP-DH/UFRJ). Junto a Laura e ao Davida, numa parceria com o Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI-UFF), tenho atuado na digitalização e divulgação dos documentos. O material tem sido foco também do documentário de mesmo nome, em fase de realização, dirigido por Angela Donini e Laura Murray.

No Circo Voador, expusemos fotografias, cartas, panfletos e cartazes, num projeto expográfico que ajudava a contar tanto a trajetória do movimento nacional quanto a trajetória do Davida. Por ser um acervo datado e que, em certo período, parou de receber a documentação do movimento, ao tempo em que este criava outras redes e associações, sabíamos do desafio de contar uma história com novos e sensíveis marcos, eventos e presenças, da qual não dispúnhamos de materiais recentes. Nesse sentido, optamos por uma exposição ampla, criando um espaço para abrigar também as fotografias e cartazes que chegavam com as lideranças de outros estados, para que ali dispusessem seus objetos biográficos e se sentissem contempladas. Por fim, o evento finalizou com o desfile Daspu no palco, trazendo as diferentes coleções no tempo, muito agito e brilho, como de costume.



Figura 4 – Exposição *Toda Memória é da vida*, Circo Voador, 2022. Fotografia: Luiza Nasciutti.



Figura 5 – Teia de materiais diversos e objetos biográficos compartilhados pelas lideranças na exposição *Toda Memória é da vida*, Circo Voador, 2022. Fotografia: Luiza Nasciutti.

Possibilidades abertas pela história oral e pública

Compartilho essas iniciativas de história pública a fim de expressar a potencialidade e inventividade das práticas mobilizadas coletivamente por diferentes atores, de diferentes áreas, e que expressam a multivocalidade do conhecimento produzido e a capacidade de divulgação dos debates públicos do movimento, ao utilizar suportes que fazem sentido tanto para as protagonistas dessa história quanto para os pesquisadores e aliados envolvidos. Penso também nas possibilidades de concordância entre os papéis de pesquisa e ativismo que se abriram tendo a história pública como catalisadora e condutora de um encontro participativo, uma história feita com, para e pelo público, na aposta de Ricardo Santhiago (2016). Dessa forma, o engajamento com as demandas sensíveis da comunidade implicada não esteve somente na dimensão discursiva das pesquisas, mas no próprio fazer historiográfico, a partir de encontros e criações coletivas mais amplos do que circunscritos aos contornos do ofício de historiador de que falávamos acima.

Ressalto que a história oral foi ponto de partida para meu encontro com as trajetórias e sentidos das vidas das lideranças, mas foi também ponto de chegada. As oficinas de narrativas autobiográficas revelaram-se uma enorme contribuição à minha

pesquisa, recompondo, situando e criando novos marcos disparadores para as entrevistas de histórias de vida que fiz semanas depois dos eventos. Além do mais, o trabalho de memória produzido entre/com elas revelou o dinamismo de uma história em contínuo, em que os acontecimentos do tempo presente repercutem nas formas de se lembrar, desenquadrando e reenquadrando acontecimentos e sentidos em novas seleções e esquecimentos. O trabalho narrativo com as trajetórias ativado pela celebração dos 35 anos do movimento reverberou os desafios de se conceber uma “memória oficial”, expressando, de um lado, os atravessamentos e questionamentos de uma história dada e, de outro, a reafirmação de certos marcos, protagonismos e trajetórias.

Por fim, entendo essas práticas enquanto suportes para mobilização de saberes e alavancas para a visibilização dos debates públicos do movimento de prostitutas em uma arena mais ampla, sem perder de vista que o trabalho de história pública é um compromisso contínuo com a produção e divulgação de um conhecimento multivocal. Expus algumas das possibilidades e inventividades decorrentes de um trabalho de alianças em que o fazer foi objeto de reflexão e diálogo constante. Com isso, respondo positivamente à pergunta inicial de que uma história oral e pública pode abrigar muitos encontros e ações, porque permite avançar em direção a caminhos desconhecidos, a partir de parcerias possíveis e esforços imaginativos. Aqui história oral e pública alimentaram-se das potencialidades de uma e de outra, da dialogicidade, do compromisso com e da participação dos sujeitos envolvidos, da divulgação da memória social e dos debates públicos de sujeitos e grupos em espaços acadêmicos e não acadêmicos. Com isso, quero mostrar que minha caminhada não foi solitária, não se reduziu à escrivinha e à tela do computador, embora parte considerável da pesquisa habite essa esfera com intensidade, mas não sem trazer as dimensões vivas dos corpos, das emoções, das preocupações e questionamentos éticos com os sujeitos e grupos envolvidos, suas expectativas e questões fundamentais. Seguindo o rastro dos trabalhos de muitos colegas mobilizadores da história oral e defensores da história pública, penso que, aos pouquinhos, vou/vamos traçando novos parâmetros e firmando outros imaginários possíveis para nós próprios, para nossos colaboradores de pesquisa e para nosso ofício.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo. O que a história oral ensina à história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; AMORIM, Maria Aparecida; BARBOSA, Xênia. Performance e objeto biográfico: questões para a História Oral de vida. *Oralidades*, São Paulo, ano 1, n. 2, p.

101-109, 2007.

CALABRIA, Amanda. “*Eu Sou Puta*”: Lourdes Barreto, História de Vida e Movimento de Prostitutas no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, RJ, 2020.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-69.

LEITE, Gabriela. Putas Políticas. *Beijo da rua*, Rio de Janeiro, p. 2, maio, 1994.

LEITE, Gabriela. Coluna da Gabi. *Beijo da rua*, Rio de Janeiro, p. 2, maio, 1989.

LEITE, Gabriela; MURRAY, Laura; LENZ, Flavio. O par e o ímpar: o potencial de gestão de risco para a prevenção de DST/HIV/AIDS em contextos de prostituição. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 18, p. 7-25, set. 2015.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2020.

PHETERSON, Gail. *The whorestigma: female dishonor and male unworthiness*. Den Haag: Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid, 1986.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 71-84.

Recebido em 22/11/2022

Aprovado em 19/01/2023

Fonte de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Bolsa de doutorado.

Conflito de interesses: nada a declarar.